

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

2022

Ano-base **2021**

Publicada em 30 de maio de 2022





CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

2022
Ano-base 2021

Publicada em 30 de maio de 2022

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em conformidade com o art. 8º, incisos I, III e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2021 e ao planejamento para a execução das políticas públicas em 2022.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ:	33.749.086/0001-09. NIRE 5.350.000.028-3
Sede:	Brasília/DF
Tipo de estatal:	Empresa pública federal
Acionista controlador:	União
Tipo societário:	Sociedade Anônima
Tipo de capital:	Fechado
Abrangência de atuação:	Nacional
Setor de atuação:	Financeiro
Audidores Independentes atuais da empresa:	AUDIMEC Auditores Independentes S/S telefone: (81) 3338-3525; e-mail: audimec@audimec.com.br

Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas:

Marcelo Gomes Meirelles – CPF 612.436.046-20 – Presidente do Conselho e Representante do MCTI
Alexandre Armentano Cardoso – CPF 010.975.447-61 – Representante dos empregados da Finep
Álvaro Kober – CPF 040.970.358-35 – Conselheiro independente
Carlos Alberto Flora Baptistucci – CPF 050.261.158-88 – Representante do MCTI
João Luís Rossi – CPF 191.780.088-67 – Representante do Ministério da Economia
Miguel Ragone de Mattos – CPF 669.984.091-68 – Representante do Ministério da Economia

Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:

Waldemar Barroso Magno Neto – CPF 499.067.557-68 – Diretor-Presidente
Adriano Alves Faria Lattarulo – CPF 264.034.918-06 – Diretor Financeiro, de Crédito e Captação
André Luz de Godoy – CPF 064.636.236-44 – Diretor Administrativo
Otávio Augusto Burgardt – CPF 476.168.904-82 – Diretor de Inovação
Marcelo Silva Bortolini de Castro – CPF 007.615.277-45 – Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

SUMÁRIO

1.	Interesse público subjacente às atividades empresariais.....	1
2.	Políticas Públicas.....	1
	Atividades desenvolvidas em 2021.....	8
3.	Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos das políticas públicas.....	12
4.	Recursos para o custeio da execução de políticas públicas pela Finep em 2021.....	14
5.	Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas.....	15
	Desempenho econômico-financeiro	15
	Desempenho operacional.....	18
6.	Comentários dos administradores.....	19
	Resultados alcançados no ano de 2021 frente às prioridades de gestão	19
	Análise do atendimento das metas da estratégia da Finep.....	21
7.	Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos.....	22
	Governança corporativa.....	22
	Gestão de riscos e controles internos.....	24
	Conformidade e Integridade	25
8.	Fatores de risco	26
9.	Descrição da composição e da remuneração da administração e do Conselho Fiscal.....	28

1. Interesse público subjacente às atividades empresariais

A importância do papel do Estado na promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) é reconhecida pela Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 218º determina que “o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação” e que “a pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação” (caput e parágrafo 1º).

No cumprimento desse papel de promoção e incentivo, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) exerce função crucial na implementação de políticas, programas e ações em CT&I estratégicas para o Estado. Como componente central do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), atua de maneira decisiva na coordenação e articulação dos esforços locais e nacionais. Esta atuação visa o alcance de resultados para toda a sociedade, com foco em ações estratégicas e estruturantes para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

A Finep é uma empresa pública do governo federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), nos termos do Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019. Tem como missão a promoção do desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à CT&I. De acordo com seu Estatuto Social aprovado na 12ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE de 28/07/2021, a Finep tem por objeto social apoiar estudos, projetos e programas de interesse para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do país, tendo em vista as metas e prioridades setoriais estabelecidas nos planos do governo federal.

Criada pelo Decreto nº 61.056, de 24 de julho de 1967, com autorização concedida pelo artigo 191 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, para exercer “todas as atividades correlatadas de financiamento de projetos e programas e de prestação de assistência técnica essenciais ao planejamento econômico e social”, desde a publicação do Decreto nº 68.748, de 15 de junho de 1971, a Finep atua também como Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Atualmente a determinação de que a Finep exerça a função de Secretaria-Executiva do FNDCT encontra-se no artigo 7º da Lei 11.540, de 12 de novembro de 2007.

A Finep é um ator fundamental do governo federal para o fomento à CT&I, atuando no apoio a empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas e privadas.

2. Políticas Públicas

Ao longo dos anos a Finep tem cumprido função específica no Estado com a implementação de políticas públicas que abrangem o apoio a estudos, projetos e programas de interesse para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do país, em alinhamento com as prioridades setoriais estabelecidas pelo governo federal.

A Finep tem sua atuação orientada pelos seguintes documentos que se complementam e expressam políticas públicas vigentes em 2021:

- Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil - EFD 2020-2031 (Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020)
 - <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/gestao/estrategia-federal-de-desenvolvimento>
 - https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/gestao/estrategia-federal-de-desenvolvimento/arquivos/efd-2020-2031_v2.pdf

- Plano Plurianual 2020-2023 (Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019)
 - <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa>
 - <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/espelhos-completos-2021.pdf>
- Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2016-2022
 - <https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/Publicacoes/ENCTI/PlanosDeAcao.html>
 - http://www.finep.gov.br/images/a-finep/Politica/16_03_2018_Estrategia_Nacional_de_Ciencia_Tecnologia_e_Inovacao_2016_2022.pdf
 - https://antigo.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/ciencia/SEPED/Arquivos/PlanosDeAcao/PACTI_Sumario_executivo_Web.pdf
- Mapa Estratégico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) 2020 – 2030
 - <https://planejamentoestrategico.mcti.gov.br/info/mapa>
 - https://planejamentoestrategico.mcti.gov.br/arquivos/mapa_estrategico.pdf
- Portaria MCTI nº 5.109, de 16/08/2021, que organizou as prioridades do MCTI para os projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações em áreas e setores prioritários
 - <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcti-n-5.109-de-16-de-agosto-de-2021-338589059>
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020)
 - <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.116-de-31-de-dezembro-de-2020-297470533>
- Plano Anual de Investimento do FNDCT
 - <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/fndct/governanca-e-planejamento>
 - http://www.finep.gov.br/images/a-finep/FNDCT/2021/19_11_2021_Planos_Anual_de_Investimento_N%C3%A3o_Reembolsavel_2021_-_Resumo_Executivo.pdf
 - http://www.finep.gov.br/images/a-finep/FNDCT/2021/19_11_2021_Planos_Anual_de_Investimento_2021_-_Reembolsavel.pdf
- Política Nacional de Inovação (Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020)
 - <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.534-de-28-de-outubro-de-2020-285629205>
- Estratégia Nacional de Inovação – Resolução da Câmara de Inovação (CI) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) nº 1, de 23 de julho de 2021
 - <https://in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-ci-n-1-de-23-de-julho-de-2021-334125807>

Inspirada pelo texto-base da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ENDES) 2020 - 2031, a **Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD) 2020-2031** tem como objetivo definir a visão longo prazo para a atuação estável e coerente dos órgãos e das entidades da administração pública federal. A EFD está organizada em torno de cinco eixos - econômico, institucional, infraestrutura, ambiental e social - e estabelece como diretriz principal elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira com redução das desigualdades sociais e regionais.

As atividades desenvolvidas pela Finep contribuem para a implementação das diretrizes da EFD, especialmente no desafio do eixo econômico voltado ao aumento da produtividade da economia pela ampliação dos esforços em

educação, ciência, tecnologia e inovação, com ações voltadas ao estímulo à inovação tecnológica, ao investimento público em pesquisa e desenvolvimento, à promoção de iniciativas de empreendedorismo inovador de base tecnológica e ao desenvolvimento da indústria 4.0.

O **PPA 2020-2023** expressa as prioridades do Governo Federal para o período por meio de diretrizes, temas, programas, objetivos e metas, que refletem políticas públicas e orientam a atuação governamental. Para garantir o alinhamento de longo e médio prazo entre os instrumentos de planejamento, as diretrizes e temas do PPA foram concebidos de forma associada aos eixos da ENDES, que também foram incorporados à EFD 2020-2031

No que concerne ao Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, a Finep contribui para a execução dos programas 2204 – Brasil na Fronteira do Conhecimento e 2208 – Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável, ambos de responsabilidade do MCTI.

Esses programas do PPA 2020-2023 se articulam diretamente às ideias de potencialização da capacidade científica nacional e promoção do empreendedorismo e inovação. Mostram em seus objetivos e metas um foco no crescimento do patamar atual de investimentos públicos e privados em pesquisa e desenvolvimento, conforme apresentado no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Síntese das informações sobre os Programas 2204 e 2208 – PPA 2020-2023

Programa	Objetivo	Meta do Objetivo
2204 - Brasil na Fronteira do Conhecimento	1176 - Otimizar a capacidade científica do país na dimensão dos desafios da realidade brasileira	052P - Aumentar a participação dos dispêndios públicos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) para 0,7% Linha de base: 0,66% (em 31/12/2016) Meta 2021: 0,59%
2208 - Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável	1197 - Promover o empreendedorismo, inovação e tecnologias aplicadas, com aumento do impacto do dispêndio público, amplificando a contribuição para o desenvolvimento sustentável	052O - Ampliar a participação dos dispêndios empresariais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) para 0,7% Linha de base: 0,60% (em 31/12/2016) Meta 2021: 0,56%

Fonte: Espelhos dos Programas do PPA 2020-2023 p. 24 e p. 400 (<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/espelhos-completos-2021.pdf>)

Além de contribuir para o alcance dos objetivos dos programas 2204 e 2208, a Finep é responsável pela informação sobre a ação não orçamentária 00SF (Financiamento reembolsável à inovação nas empresas), vinculada ao programa 2208. Ações não orçamentárias contam com recursos para financiamento de políticas públicas oriundos de fontes não orçamentárias. No caso desta ação, trata-se da aplicação de recursos próprios da Finep para o financiamento reembolsável à inovação, que complementam os valores captados pela Finep junto ao FNDCT e ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) para as operações de crédito a empresas.

A **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2016-2022** é o documento de orientação estratégica de médio prazo do MCTI para a implementação de suas políticas públicas. Os desafios apontados na ENCTI 2016-2022 devem ser enfrentados a partir da mobilização dos recursos, atores e instrumentos levando-se em conta os pilares fundamentais que compõem o SNCTI: pesquisa; infraestrutura; financiamento; recursos humanos; e inovação.

A ENCTI 2016-2022 propõe a interação entre os componentes do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) na busca de soluções para os grandes desafios sociais, ambientais e econômicos, contribuindo para a construção das bases do desenvolvimento sustentável do país. A Finep, como agência de fomento do MCTI e secretaria-executiva do FNDCT é uma instituição central para o financiamento da CT&I.

A ENCTI desdobra-se em planos de ação e conta com os indicadores listados no Quadro 2 para seu monitoramento.

Quadro 2 – Indicadores e metas ENCTI 2016-2022

Indicadores	Último dado oficial (ano)	Meta 2022	Fonte
Dispêndio nacional em P&D em relação ao PIB	1,24% (2013)	2,00%	MCTIC
Dispêndio empresarial em P&D em relação ao PIB	0,52% (2013)	1,00%	MCTIC
Dispêndio governamental em P&D em relação ao PIB	0,71% (2013)	1,00%	MCTIC
Dispêndio governamental federal em P&D em relação ao PIB	0,50% (2013)	0,80%	MCTIC
Taxa de inovação das empresas	35,7% (2011)	50,0%	Pintec
Número de empresas que fazem P&D contínuo	5.600 (2011)	10.000	Pintec
Percentual de empresas inovadoras que utilizam ao menos um dos diferentes instrumentos de apoio governamental à inovação nas empresas	34,2% (2011)	40,0%	Pintec
Número de técnicos e pesquisadores ocupados em P&D nas empresas	103.290 (2011)	120.000	Pintec
Percentual de concluintes de cursos de graduação nas engenharias em relação ao total de graduados em todas as áreas	7,2% (2013)	12,0%	Inep
Número de pesquisadores por milhão de habitantes	709 (2010)	3.000	MCTIC

Fonte: ENCTI 2016-2022, p. 119 (http://www.finep.gov.br/images/a-finep/Politica/16_03_2018_Estrategia_Nacional_de_Ciencia_Tecnologia_e_Inovacao_2016_2022.pdf)

O **Mapa Estratégico 2020-2030 do MCTI** sintetiza sua estratégia de longo prazo e busca direcionar os esforços do Ministério e de suas entidades vinculadas no sentido de trazer mais eficiência e efetividade na entrega de resultados para sociedade. Foco nas políticas de Estado, visão de longo prazo, conexão à realidade e às capacidades das áreas onde ocorrerá a execução foram premissas que nortearam o desenvolvimento da estratégia do Ministério.

Esse mapa (Figura 1) permite a visualização da visão de futuro, missão, valores, e, por perspectivas, os objetivos estratégicos do Ministério. Os 19 objetivos estratégicos foram divididos em cinco perspectivas: resultados de governo; resultados institucionais; processos internos; pessoas e infraestrutura; e orçamento.

Figura 1 – Mapa estratégico MCTIC 2020-2030¹



Fonte: <https://planejamentoestrategico.mcti.gov.br/info/mapa>, em 23/04/2022.

A **Portaria MCTI nº 5.109**, de 16 de agosto de 2021 definiu as prioridades, no âmbito do MCTI no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações para o período de 2021 a 2023. Essa definição teve como objetivo alinhar a atuação do MCTI aos objetivos e metas estabelecidos nos programas finalísticos do PPA 2020-2023. Foram priorizados setores organizados em seis áreas:

- Tecnologias estratégicas;
- Tecnologias habilitadoras;
- Tecnologias de produção;
- Tecnologias para Desenvolvimento Sustentável;
- Tecnologias para Qualidade de Vida; e
- Tecnologias para Promoção, Popularização e Divulgação da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Também serão considerados prioritários os projetos de pesquisa básica, educação empreendedora, ciências humanas e sociais aplicadas que contribuam para o desenvolvimento das seis áreas priorizadas.

¹ O Mapa estratégico do MCTI foi atualizado no começo de 2022 em razão do desmembramento do MCTI do Ministério das Comunicações, recriado em 2020 (<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2022/02/mcti-aprova-atualizacao-do-planejamento-estrategico-2020-2023>). O novo mapa foi instituído pela Portaria MCTI nº 5.695, de 16 de março de 2022 (https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcti-n-5.695-de-16-de-marco-de-2022-*-386728627).

A **Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO** de 2021 (Lei nº 14.116/2020) estabeleceu como diretriz geral e prioridade para a Finep a promoção do desenvolvimento da infraestrutura e indústria, agricultura e agroindústria, com ênfase no fomento à pesquisa, ao software público, software livre, à capacitação científica e tecnológica, melhoria da competitividade da economia, estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do Mercado Comum do Sul - Mercosul, geração de empregos e redução do impacto ambiental.

Anualmente o Conselho Diretor do FNDCT estabelece o **Plano Anual de Investimentos do fundo (recursos reembolsáveis e não reembolsáveis)**. O documento define diretrizes e prioridades para a aplicação de recursos do Fundo. Em relação ao exercício de 2021 é importante ressaltar que com a aprovação da Lei Complementar nº 177, de 12 de janeiro de 2021, ficaram vedados os contingenciamentos de recursos do FNDCT.

De acordo com o art. 14 do Decreto nº 6.938/2009, que regulamenta a Lei nº 11.540/2007, uma parcela dos recursos do FNDCT, que não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do orçamento do Fundo, é orientada ao financiamento reembolsável, destinado a projetos de desenvolvimento tecnológico de empresas nacionais e efetuado sob a forma de empréstimo do FNDCT à Finep, que assume o risco integral das operações.

A aplicação dos recursos reembolsáveis objetiva o fomento à atividade inovativa das empresas brasileiras, de acordo com o grau de inovação e a relevância da inovação para o setor econômico afetado. A modalidade de financiamento reembolsável ocorre na forma direta e indireta, através da descentralização de recursos a agentes financeiros parceiros da Finep, que concedem crédito a micro, pequenas e médias empresas. Na modalidade de financiamento reembolsável, a Finep recebe projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação através de demanda espontânea das empresas.

Os financiamentos de projetos pela Finep são plurianuais e liberados por parcelas de acordo com a execução física e financeira dos mesmos, conforme marcos de acompanhamento estabelecidos nos planos de trabalho. Assim sendo, os recursos serão aplicados em liberações de parcelas de diferentes projetos, em diversos estágios de evolução física.

O Plano Anual de Investimento dos Recursos Não Reembolsáveis do FNDCT apresenta as iniciativas propostas pelos comitês e agências de fomento que compõem a governança do Fundo. Em função da aprovação da Lei Complementar nº 177/2021, o orçamento do Fundo foi provisionado gradualmente. As prioridades para a distribuição dos recursos a serem executados pela Finep, como agência de fomento do MCTI e como secretaria executiva do FNDCT, foram:

- Compromissos assumidos em exercícios anteriores pela Finep e CNPq, em contratos celebrados e em andamento;
- Chamadas aprovadas em exercícios anteriores pelo Conselho Diretor do FNDCT e não contratadas;
- Apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico relacionados com a Covid-19, em especial as ações voltadas para o desenvolvimento de vacinas;
- Demandas de equalização, dos contratos de empréstimos celebrados pela Finep e em andamento;
- Retomada dos editais universais do CNPq;
- Conclusão das ações dos projetos dos INCTs (CNPq);
- Continuidade das ações de implantação, ampliação e recuperação de infraestrutura de pesquisa (CT-Infra);
- Ações transversais, garantindo maior abrangência de projetos e flexibilidade na execução;
- Retomada das ações de subvenção econômica; e
- Apoio a editais voltados para ações de inovação.

A **Política Nacional de Inovação** tem a finalidade de orientar, coordenar e articular as estratégias, programas e ações de fomento à inovação por meio do estabelecimento de princípios, eixos, objetivos e diretrizes de longo prazo e de mecanismos de cooperação e governança. Esta política listou iniciativas estratégicas que devem orientar o desenvolvimento de ações para enfrentar problemas prioritizados e que foram apresentadas como centrais para o desenvolvimento tecnológico no País para o alcance dos objetivos definidos na ENI (CGEE, 2021). Priorizou, adicionalmente, Planos Temáticos com abrangência 2021-2022. Em algumas ações a Finep é nominalmente citada como órgão responsável por sua implementação.

A PNI estabeleceu a instalação da Câmara de Inovação que em sua Resolução nº 1 aprovou a **Estratégia Nacional de Inovação (ENI) 2021-2024** e os Planos de Ação para os eixos de fomento, base tecnológica, cultura de inovação, mercado para produtos e serviços inovadores e sistemas educacionais. A Finep é responsável e tem participação em várias ações da PNI:

- Implementar a Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa - PNIPE
- Promover a 2ª edição do programa Mulheres Inovadoras
- Implementar a 3ª Chamada Pública entre Finep e Research Council of Norway
- Apoiar o Prêmio CNI/Sebrae/Finep de Inovação
- Lançar editais do Programa Finep Startup
- Lançar editais do Programa Espaço Finep
- Desenvolver o "HUB de Inovação Finep"
- Implementar Linhas Prioritárias no contexto do Programa Finep Educação
- Lançar Seleção Pública relacionada a Tecnologias Assistivas
- Implementar o Programa de Formação de Recursos Humanos para o Setor de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (PRH-ANP)
- Fortalecer a Parceria MAPA-FINEP-MCTI
- Lançar chamadas públicas para projetos cooperativos entre ICTs e Empresas
- Apoiar projetos no contexto do Programa Finep 2030
- Implementar o Programa Centelha 2
- Implementar o Programa Finep de Inovação Aberta
- Apoiar ações de Inovação Aberta para o Abastecimento de Água do Semiárido
- Lançar novo edital no contexto do Programa Nacional de Apoio aos Ambientes Inovadores
- Manter o programa Finep Tecnova
- Lançar editais do Programa Finep Conecta Automático
- Implementar o programa Aquisição Inovadora Telecom
- Manter o programa Finep Inovacred
- Operar linhas de financiamento reembolsável para apoio à inovação

As metas da ENI são apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Metas da Estratégia Nacional de Inovação 2021-2024

Meta	Indicador	Fonte do Indicador	Linha de Base	Ano Linha de Base	Alvo (2024)
Aumentar o volume de investimento empresarial em inovação em relação ao faturamento	Intensidade dos gastos realizados no total das atividades inovativas sobre a receita líquida de vendas	PINTEC	0.62%	2017	0.80%
Aumentar o investimento público em CT&I	Volume de recursos alocado a CT&I na Lei Orçamentária Anual	LOA	R\$ 4.689.542.709	2020	R\$ 8.000.000.000
Aumentar a taxa de inovação das empresas brasileiras	Taxa de inovação das empresas brasileiras	PINTEC	33.60%	2017	50%
Aumentar o número de empresas que usam os benefícios fiscais da Leis de Incentivo à inovação, como a Lei do Bem	Número de empresas beneficiárias	MCTI	2824 unidades	2019	3.500 unidades
Aumentar a quantidade de profissionais trabalhando com inovação nas empresas	Número de técnicos e pesquisadores ocupados em P&D nas empresas	PINTEC	99063 unidades	2017	120.000 unidades
Atingir a meta de 5,2 no Ideb do Ensino Médio	IDEB	MEC	4.2	2019	5.2
Elevar para 3 milhões o total de matrículas em cursos técnicos e em cursos de qualificação profissional	Número de matrículas	MEC	2.951.979 unidades	2020	3.000.000 unidades
Elevar a taxa bruta de matrícula na graduação em 5 pontos percentuais	Taxa bruta de matrículas na graduação	MEC	34.6	2017	39,6 %

Fonte: Resolução CI nº 1, de 23 de julho de 2021 (<https://in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-ci-n-1-de-23-de-julho-de-2021-334125807>)

Atividades desenvolvidas em 2021

As modalidades de apoio a CT&I disponíveis diretamente na Finep ou de forma descentralizada por meio de agentes financeiros e parceiros estaduais são as seguintes: financiamento reembolsável; financiamento não reembolsável a instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICTs); subvenção econômica – financiamento não reembolsável a empresas e; operações de investimentos em empresas de base tecnológica – por meio de fundos ou através de aporte em startups.

A Finep pode ainda firmar acordos com organizações congêneres estrangeiras e com organizações multilaterais com objetivo de trocar experiências e melhores práticas, bem como apoiar conjuntamente projetos de CT&I de interesse mútuo.

A Finep opera de três diferentes formas: como Gestora de Recursos Próprios, Secretaria Executiva do FNDCT e Gestora de Recursos de Terceiros. Cada uma dessas formas operacionais utiliza diferentes instrumentos de operação, conforme o Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 – Unidades Operacionais e Instrumentos Financeiros da Finep

Unidade Operacional	Instrumentos Financeiros
Finep	<p>Unidade responsável pela operacionalização do Instrumento Reembolsável (Crédito) e de Investimento, este último quando executado com Recursos Próprios (caso do Fundo de Investimento em Participações "FIP Inova Empresa").</p> <p>Pela operacionalização dos instrumentos referenciados, a Finep recebe receita de juros decorrente da atividade de intermediação financeira (ou concessão de crédito), e participação no capital de sucesso das operações que tenham sido objeto de investimento.</p>
Secretaria Executiva do FNDCT	<p>Através da unidade orçamentária 24901 do SIAFI, opera o Instrumento Não Reembolsável (Convênio, Subvenção e Termos de Execução Descentralizada) e o Investimento, todos eles apoiados com Recursos Não Reembolsáveis do FNDCT (aqui está incluída a ação de Participação no Capital do FNDCT).</p> <p>No âmbito da operacionalização das atividades da Secretaria Executiva do FNDCT, a Finep recebe taxa de administração e ressarcimento de suas despesas operacionais conforme Lei do FNDCT 11.540/2007.</p>
Gestora de Recursos de Terceiros	<p>Nesta Unidade Operacional estão contempladas:</p> <p>(1) as descentralizações de recursos para o FNDCT, voltadas para a operacionalização de recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e outras unidades orçamentárias que não a 24901 do FNDCT;</p> <p>(2) o instrumento não reembolsável apoiado pela Finep como agente financeiro do Funttel;</p> <p>(3) o PRH-ANP, operado pela Finep como gestora dos recursos;</p> <p>(4) o Programa Finep 2030 operado pela Finep como uma das coordenadoras do Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística do Governo Federal.</p> <p>Para a operacionalização dos referidos instrumentos, a Finep recebe (regra geral) taxa de administração específica.</p>

Fonte: Departamento de Planejamento Financeiro, Orçamentário e Custos da Finep (DPFC/Finep)

A principais ações desenvolvidas em 2021 em atendimento às políticas públicas são apresentadas a seguir, organizadas por programa finalístico do PPA 2020-2023. Mais informações sobre os produtos implementados e resultados alcançados podem ser obtidas no Relatório de Gestão 2021 da Finep, elaborado na forma de Relato Integrado (<http://www.finep.gov.br/transparencia-finep/relatorios-do-fndct/relatorios-de-gestao>).

Programa 2204 - Brasil na Fronteira do Conhecimento

Objetivo: Otimizar a capacidade científica do país na dimensão dos desafios da realidade brasileira

No apoio à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico, destacam-se os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Esses recursos são complementados por outras fontes como: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); Programa Rota 2030; e Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O fortalecimento da infraestrutura científica e da capacitação de recursos humanos para CT&I se dá por meio do apoio a projetos de Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs). A seleção dos projetos é feita por meio de chamadas públicas ou de encomendas feitas a instituições que possuem a competência única para solucionar os desafios identificados pelas políticas públicas.

Em 2021 foram contratados 97 projetos de ICTs, no valor total de R\$ 153,3 milhões (adicionados de R\$ 2 milhões de bolsas concedidas pelo CNPq). Quanto ao uso de recursos para o pagamento de parcelas, foram pagos R\$ 257,6 milhões a 307 projetos contratados em 2021 e em anos anteriores.

As ações destacadas a seguir são exemplos de iniciativas voltadas à manutenção da capacidade de pesquisa, ao suporte ao crescimento do sistema de CT&I, à criação de novas infraestruturas e à formação de pessoal especializado.

- Manutenção corretiva de equipamentos multiusuários de médio e de grande porte voltados à pesquisa científica e tecnológica (SOS Equipamentos), com lançamento de nova uma chamada por projetos em 2021.
- Implantação do Laboratório de Materiais Avançados e Minerais Estratégicos no Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), infraestrutura que deverá colaborar para o desenvolvimento de competências tecnológicas nacionais em materiais avançados e minerais estratégicos e no uso da tecnologia nuclear para a saúde.
- Elaboração de projetos executivos de obras de infraestrutura de pesquisa em ICTs públicas e privadas, que contribuem para o fortalecimento do processo de ampliação e consolidação da pesquisa e para a formação de recursos humanos qualificados.
- Conclusão da implantação de infraestrutura da Biblioteca de Obras Raras Fausto Castilho (Bora) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A biblioteca foi projetada de acordo com as exigências técnicas de conservação de acervos especiais.
- Desenvolvimento do Centro Nacional de Vacinas. Essa iniciativa contará com R\$ 50 milhões do FNDCT e é parte da estratégia do MCTI de produção de vacinas de segunda e de terceira geração, de DNA, de RNA e de proteínas recombinantes.
- Ampliação de ambientes de inovação, com o lançamento de duas chamadas públicas. A primeira para o apoio a parques tecnológicos (R\$ 180 milhões) e a segunda para o apoio a Centros de Inovação (R\$ 50 milhões).
- No âmbito da sustentabilidade ambiental, a Rede Pantanal de Pesquisa desenvolve instrumentos para compreensão, gestão e prevenção de incêndios catastróficos no Bioma Pantanal, com o desenvolvimento de um sistema de previsão e alerta de risco de incêndios.

- Criação de redes de ICTs para atuar nos temas segurança veicular, proteção ao meio ambiente, eficiência energética e qualidade de veículos automotores terrestres e autopeças.
- Capacitação de profissionais para responder aos desafios tecnológicos e regulatórios do setor de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, por meio da concessão de bolsas e taxas de bancada para programas de graduação e pós-graduação.

Programa 2208 - Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável

Objetivo: Promover o empreendedorismo, inovação e tecnologias aplicadas, com aumento do impacto do dispêndio público, amplificando a contribuição para o desenvolvimento sustentável

Na implementação de ações no âmbito do Programa 2208 foram utilizados recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), do Fundo Nacional de Saúde (FNS) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e recursos próprios da Finep, oriundos do retorno dos financiamentos concedidos (amortizações pagas pelas empresas).

Também foram utilizados recursos oriundos de incentivos setoriais no programa Finep 2030, voltado ao desenvolvimento da cadeia automotiva através do apoio a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

Esses recursos tiveram como objetivo estimular a cooperação entre ICTs e empresas, mitigar os riscos de inovar e um foco no empreendedorismo e nas Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) inovadoras.

Em 2021 mais de 400 novos projetos foram apoiados por financiamento não reembolsável a empresas, crédito e subvenção, contratados diretamente pela Finep ou por agentes e parceiros. O valor total dos projetos, a ser desembolsado ao longo dos próximos anos, ultrapassa R\$ 2 bilhões.

Apoio à pesquisa científica e tecnológica

São destacados a seguir temas e iniciativas desenvolvidas em 2021 para o apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas brasileiras.

- Estruturação de dois Centros de Tecnologia e Inovação Aplicadas em Materiais Avançados (CTIA-MA), que estimularão a colaboração entre ICTs e empresas;
- Cooperação entre instituições brasileiras e alemãs no desenvolvimento de novas soluções baseadas no uso industrial da biomassa e em plantas medicinais e aromáticas
- Compartilhamento do risco da inovação por meio da concessão de subvenção econômica ou da oferta de crédito com juros equalizados para o desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços
- Materiais com propriedades derivadas das aplicações do Grafeno, Nióbio e Terras Raras, a partir de editais de subvenção;
- Tecnologias 4.0 (agro 4.0, cidades inteligentes, indústria e saúde 4.0 e tecnologias habilitadoras), a partir do Finep Inovacred 4.0, Finep IoT e editais de subvenção;
- Tecnologias Assistivas que promovem a independência, autonomia, inclusão social e melhoria da qualidade de vida para pessoas com deficiência, pessoas idosas e outras com mobilidade reduzida;

- Projetos estratégicos para a cadeia automotiva no âmbito do Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística (Finep 2030);
- Soluções tecnológicas voltadas para infraestrutura de rede e de novos produtos, processos e serviços potencializados pela adoção da tecnologia 5G – Finep 5G (com recursos do Funttel);
- Tecnologias para a redução no consumo de recursos naturais (tecnologias habilitadoras), de produção (indústria e agronegócio) e para o desenvolvimento sustentável (bioeconomia, poluição e preservação ambiental) – Finep Sustentabilidade, ação conjunta com o MAPA e o MCTI.

Fomento ao empreendedorismo inovador

A seguir, são destacadas ações desenvolvidas pela Finep com foco no empreendedorismo inovador.

- Programa Centelha 2: Lançamento de 12 editais pelos parceiros da Finep nos estados. Espera-se que este conjunto de editais venha a selecionar até 600 novas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte (MEEPP) para apoio com recursos de subvenção econômica;
- Programa Mulheres inovadoras: Com o objetivo de incentivar o empreendedorismo feminino no país através de capacitação empresarial;
- Investimento em Fundos: Esta ação alavanca o investimento em inovação com recursos de parceiros públicos e privados. Em 2021, dez empresas em quatro diferentes fundos receberam investimentos da ordem de R\$15,4 milhões, destes, R\$ 6,7 milhões da Finep. Ao longo de 2021 a Finep devolveu cerca de R\$ 142 milhões ao FNDCT, destacando-se como um ano recorde de devolução de recursos a partir da venda bem-sucedida de empresas dos portfólios dos Fundos de Investimento em Participações (FIPs).

Como empresa pública federal não integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, apenas os investimentos da Finep constam do Orçamento Geral da União, estando inseridos no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

Em relação à ação não orçamentária 00SF (Financiamento reembolsável à inovação nas empresas), vinculada ao programa 2208 do PPA 2020-2023, em 2021 foram aplicados R\$ 173,6 milhões em recursos próprios, que contribuem para o financiamento reembolsável de projetos de apoio à inovação em empresas, também realizado com recursos provenientes de fontes orçamentárias como o FNDCT e o Funttel.

3. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos das políticas públicas

As políticas públicas descritas no item 2 deste documento orientam a definição da estratégia, objetivos e metas corporativas da Finep. Os **Objetivos Estratégicos** e seus respectivos indicadores e metas, constantes da Estratégia de Longo Prazo e Plano de Negócios 2021, estão listados no Quadro 5, a seguir:

Quadro 5 – Objetivos estratégicos e metas 2021

Dimensão	Objetivo	Indicador	Meta 2021
Perspectiva Financeira	Garantir a sustentabilidade financeira	Cobertura de despesas administrativas	178%
		Índice de cobertura da carteira de crédito	142,3%
		Índice de qualidade da carteira de crédito	75%
Recursos e Competências	Aprimorar as práticas de gestão e infraestrutura tecnológica para atender as necessidades da estratégia	Índice de tecnologia da informação e comunicação (ITIC)	Estruturação do indicador e realização da 1ª apuração
		Índice de maturidade de gestão	A ser definida após 1ª apuração
		Índice de execução do portfólio de iniciativas estratégicas	84%
	Desenvolver práticas de gestão de pessoas, competências e cultura organizacional com foco em resultados e valorização do corpo funcional	Índice de clima organizacional	Estruturação do indicador e realização da 1ª apuração
		Índice de execução do plano de capacitação	84%
Processos Internos	Aperfeiçoar transparência, conformidade, integridade e comunicação institucional	Índice de Governança SEST	9,1
	Fortalecer arranjos de cooperação e parcerias estratégicas	Agentes do financiamento reembolsável descentralizado ativos	50%
	Desenvolver programas, produtos e serviços para atender a demanda por apoio a C,T&I	Nº de avaliações de resultados e impactos realizadas	1
	Promover a inovação corporativa e a transformação digital	Índice de execução das ações priorizadas pela estratégia de TI	84%
	Maximizar a eficiência organizacional	Contratação de projetos per capita	0,77
		Tempo médio para contratação de projetos de crédito	218 dias
		Tempo médio de processamento não reembolsável	134 dias
		Encerramento de instrumentos contratuais não-reembolsáveis	45%
	Resultados Institucionais	Potencializar as ações de fomento a C,T&I, em especial por meio da articulação entre os atores do SNCTI	Índice de chamadas públicas lançadas em parceria
Estimular o empreendedorismo e o desenvolvimento de inovações, especialmente em MPMes		Índice de participação de micro, pequenas e médias empresas na carteira	80%
Promover C,T&I em áreas prioritárias para o desenvolvimento sustentável e equilibrado do país		Execução dos recursos não reembolsáveis do FNDCT	99,87%

Fonte: Área de Planejamento (APLA/Finep)

4. Recursos para o custeio da execução de políticas públicas pela Finep em 2021

Na operação de instrumentos financeiros para o apoio a políticas públicas, a Finep utiliza recursos próprios e capta recursos em fontes externas.

Como agência de fomento, gestora e agente financeiro de recursos de terceiros operamos com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), do Fundo Nacional de Saúde (FNS), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), do Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística do governo federal, e da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Os recursos do Rota 2030 e do PRH-ANP são oriundos de incentivos setoriais. No primeiro caso, do setor automotivo e no segundo caso, do setor de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível. Esses recursos são operacionalizados no âmbito de acordos de cooperação técnica e financeira em que a Finep desempenha a função de gestora técnica e financeira de recursos de terceiros.

Os recursos da ANP destinam-se a instituições de ensino que concederão bolsas de estudo e pesquisa e taxas de bancada nas áreas elencadas pelo Programa de Formação de Recursos Humanos (PRH) daquela agência. Os recursos captados pelo Programa Rota 2030, em 2021, foram alocados pela Finep no programa Finep 2030 em três linhas de atuação: Finep 2030 - Redes de ICTs, Finep 2030 Empresarial e Finep 2030 Startup.

Os recursos captados em fontes externas para a operacionalização de ações no âmbito das políticas públicas descritas no item 2 são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Recursos Captados em 2021

Origem	Instrumento	Valor em R\$
Total recursos captados		2.212.984.337,88
FNDCT reembolsável	operações reembolsáveis de crédito	800.000.000,00
FNDCT não reembolsável	operações não reembolsáveis	1.092.196.629,00
FUNTTEL	operações reembolsáveis de crédito	184.285.210,00
FUNTTEL não reembolsável	operações não reembolsáveis	15.394.446,36
Rota 2030 (*)	operações com recursos de terceiros	51.525.890,20
ANP-PRH (*)	operações com recursos de terceiros	53.487.799,65
FNS	operações com recursos de terceiros	12.935.746,66
MCTI	operações com recursos de terceiros	1.000.000,00
MAPA	operações com recursos de terceiros	2.158.616,01

Nota: Esta tabela apresenta os valores captados pela Finep em 2021, não representando o saldo final do ano de cada fonte ou programa.

(*) Os valores referem-se aos recursos captados junto às respectivas fontes, sem o desconto da taxa de administração cobrada pela Finep.

Fonte: Área de Gestão Financeira (AGEF/Finep)

Os valores captados junto ao FNDCT e ao Funttel para as operações de crédito são obtidos na forma de empréstimo, que devem retornar às fontes de recursos acrescidos de juros definidos em contrato. Os recursos referentes ao FNDCT

não reembolsável e ao Funttel não reembolsável são os valores captados pela Finep para apoio a projetos de CT&I ao longo do ano.

No caso do FNDCT, esses recursos vêm de diversas ações orçamentárias definidas na Lei Orçamentária Anual (LOA 2021), na Unidade Orçamentária 24901 – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (ver Anexo IV, da LOA em <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/orcamentos-anuais/2021/loa>).

Além disso, foram descentralizados ao FNDCT recursos orçamentários oriundos do Fundo Nacional da Saúde (FNS), do MCTI e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Os recursos próprios da Finep disponíveis para utilização nas operações de crédito reembolsável são obtidos com o retorno dos financiamentos concedidos (amortizações pagas pelas empresas), sendo que deste montante também são abatidos os pagamentos de amortização feitos pela Finep às suas fontes de recursos. Em 2021 o saldo líquido entre estes recebimentos e pagamentos foi de R\$ 387 milhões. Destaca-se neste fluxo, a realização da quitação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de R\$ 1,3 bilhão.

É importante ressaltar que o custo operacional da Finep é integralmente pago com recursos próprios, oriundos das receitas advindas pela operacionalização de seus instrumentos (tarifas, juros, taxas de administração, dividendos) e rendimentos com aplicação financeira, não havendo aportes do Tesouro Nacional ou captação junto a outras fontes para esse fim.

5. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas

Desempenho econômico-financeiro

Em 2021, a Finep registrou Lucro Líquido de R\$ 180,2 milhões, o que representa uma redução de 12,6% (ou R\$ 25,8 milhões) em relação ao resultado do ano anterior, reflexo da redução de sua Margem Financeira Líquida, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Margem Financeira 2021-2020 – Em R\$ milhões

Margem Financeira	Dez/21	Dez/20	Δ (R\$)	Δ (%)
(+) Receitas de Intermediação Financeira + Aplicações Financeiras	1.196	1.162	34	2,9%
Receita com Operações de Crédito e Repasses	729	852	(123)	(14,4%)
Receita com Aplicações Financeiras	467	310	157	50,6%
(-) Despesas de Intermediação Financeira	(618)	(549)	(69)	12,6%
= Margem Financeira Bruta	578	613	(35)	(5,7%)
(-) Provisão para Perdas	(52)	54	(106)	(196,3%)
= Margem Financeira Líquida	526	667	(141)	(21,1%)

Fonte: Departamento de Contabilidade da Finep (DCNT1/Finep)

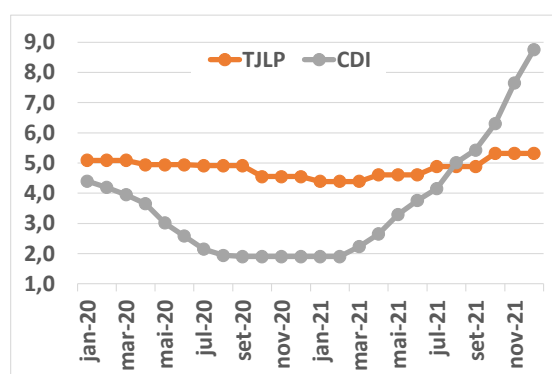
Observou-se redução de 14,4% da Receita com Operações de Crédito e Repasses, sobretudo em razão da redução da Carteira de Crédito, reflexo da retração da demanda anual associada aos eventos de liquidação antecipada. Em relação às Despesas de Intermediação Financeira, destaca-se a devolução de Receita de Juros Equalizados ao Tesouro,

de R\$ 40,8 milhões, oriunda do Programa de Sustentação de Investimento (PSI). O Programa, criado em 2009, é operado por meio de repasses do BNDES para a rede de agentes financeiros, dentre eles a Finep, e busca estimular a produção, aquisição e exportação de bens de capital e a inovação tecnológica.

Além disso, a Finep deu continuidade à política, iniciada no exercício anterior, de redução de sua Dívida Onerosa, mediante quitação do empréstimo do BID, de R\$ 1,3 bilhão, e captação parcial dos recursos do FNDCT, de R\$ 0,8 bilhão (ou 21,8% do orçamento aprovado na ação de empréstimo do FNDCT constante na Lei Orçamentária Anual). Tal política foi motivada pela redução conjuntural da demanda por recursos de crédito e a elevação do custo de captação, com destaque para a elevação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (Gráfico 1) e do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, taxas que regem os empréstimos do FNDCT e do BID, respectivamente.

Gráfico 1 – Evolução da Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP, comparativamente ao CDI (% a.a.)

Período 2020-2021



Fonte: Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) – BACEN

No que diz respeito à Provisão para Perdas, registrou-se em 2021 uma despesa de R\$ 51,6 milhões (ver Tabela 3), decorrente do aporte de provisionamento para empresas em recuperação judicial e da revisão da metodologia de provisionamento das perdas esperadas (ou estimadas), com vistas ao aperfeiçoamento da metodologia adotada para as operações renegociadas. Em 2020, por sua vez, apurou-se receita com Reversão de Provisão para Perdas, de R\$ 54,2 milhões, em virtude de eventos de quitação e renegociação de dívidas, com destaque para a melhoria de classificação de riscos de algumas empresas.

Tabela 3 – Provisão para Perdas 2021-2020 – Em R\$ milhões

Resultado (R\$ milhões)	2021	2020	2020 Ajustado	Δ (R\$)	Δ (%)	Δ (R\$) Ajustado	Δ (%) Ajustado
Despesa com Provisão para Perdas	(52)	54	(50)	(106)	(195,2%)	(2)	4,0%

Fonte: Departamento de Contabilidade da Finep (DCNT1/Finep)

De uma maneira geral, os principais indicadores econômico-financeiros da Finep para o período são apresentados na Tabela 4, a seguir:

Tabela 4 – Principais indicadores econômico-financeiros da Finep 2021-2020

Resultado (R\$ milhões)	2021	2020	Δ (R\$)	Δ (%)
Lucro Líquido	180	206	(26)	(12,6%)
Receita com Operações de Crédito e Repasse Interfinanceiro	729	852	(123)	(14,4%)
Receita de Aplicação Financeira ¹	467	310	158	50,9%
Receita de Serviços	68	61	7	11,8%
Despesa com Intermediação Financeira	(618)	(549)	(69)	12,6%
Despesa com Provisão para Perdas	(52)	54	(106)	(195,2%)
Despesas com Pessoal e Encargos ²	(271)	(275)	4	(1,5%)
Despesas Administrativas	(38)	(66)	28	(42,3%)
Despesas Tributárias ³	(92)	(153)	61	(39,8%)
Dados Patrimoniais (R\$ milhões)	2021	2020	Δ(R\$)	Δ(%)
Ativo Total	15.282	16.104	(822)	(5,1%)
Carteira de Crédito ⁴	8.392	9.699	(1.307)	(13,5%)
Curto Prazo	1.919	2.002	(83)	(4,2%)
Longo Prazo	6.473	7.697	(1.224)	(15,9%)
Caixa e Equivalente de Caixa ⁵	5.616	5.509	108	2,0%
Provisão para Perdas	(164)	(363)	199	(54,8%)
Investimentos	406	580	(173)	(29,9%)
Dívida Onerosa ⁶	12.335	13.187	(852)	(6,5%)
Curto Prazo	602	574	28	4,8%
Longo Prazo	11.733	12.613	(880)	(7,0%)
Patrimônio Líquido (PL)	2.497	2.440	57	2,3%

Notas:

1. A rubrica de Receita de Aplicação Financeira inclui Receita com Derivativos.
2. A rubrica de Despesas com Pessoal e Encargos inclui os dispêndios incorridos com a distribuição de Participação nos Resultados.
3. Inclui PIS, COFINS, IRPJ e CSLL correntes e outros.
4. Corresponde ao principal das Operações de Crédito e Repasses Interfinanceiros, incluindo Cobrança e Recuperação Judiciais.
5. Conforme conceito da Nota Explicativa 3.3 e Demonstração de Fluxo de Caixa.
6. Corresponde ao Principal e Juros das Dívidas contraídas junto às Fontes Credoras.

Fonte: Departamento de Contabilidade da Finep (DCNT1/Finep)

Houve aumento da Receita de Aplicação Financeira da ordem de 50,9%, ou R\$ 157,5 milhões, associado principalmente ao aumento da rentabilidade média anual acumulada das aplicações financeiras para 8,3% (6,6%, em 2020).

Adicionalmente, houve aumento de 11,8%, ou R\$ 7,2 milhões, da Receita de Serviços, oriunda de renda auferida com a Administração de Recursos de Terceiros e com Tarifas Bancárias – Tarifa de Inspeção e Acompanhamento, Tarifa de Reserva de Crédito, Tarifa de Renegociação de Dívidas, Tarifa de Alteração de Garantias, dentre outras.

Registra-se uma significativa redução das Despesas Administrativas e Tributárias Correntes, da ordem de 40,6%, ou R\$ 88,8 milhões.

No tocante às Operações de Investimentos, registradas no Ativo, houve redução de 29,9%, ou R\$ 173,3 milhões, em decorrência dos seguintes eventos: redução de R\$ 26,9 milhões no valor das cotas dos Fundos de Investimento em Participações (FIPs), e das Ações de Companhias Abertas – Telebras (TELB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Estapar – de R\$ 150,5 milhões, ante acréscimo de investimento em empresas *Startups*, de R\$ 4,1 milhões.

As participações na Telebras e no BNB foram adquiridas mediante aporte de capital do Tesouro, conforme Portaria do Ministério da Fazenda nº 603, de 24/12/2013, através da transferência à Finep de 32.316.006 ações da TELB, ao valor de R\$ 158,3 milhões, e 1.449.254 ações do BNB, ao valor de R\$ 41,7 milhões, totalizando o aporte de R\$ 200 milhões. Ademais a Finep recebeu ações ordinárias da Allpark (ALPK3), administradora de estacionamentos, proprietária da rede Estapar, esta última apoiada pelo Fundo Brasil Governança Corporativa – FBGC, fundo já encerrado, cujas cotas foram adquiridas através da atividade de investimento.

O Patrimônio Líquido, por sua vez, apresentou acréscimo de 2,3%, ou R\$ 57,0 milhões, movimento decorrente do resultado apurado no período.

Mais detalhes sobre o desempenho econômico financeiro da Finep podem ser consultados no Relatório da Administração 2021, publicado junto ao Balanço da Finep no endereço <http://www.finep.gov.br/transparencia-finep/balanco-finep>.

Desempenho operacional

As operações seguem as diretrizes apontadas nas Condições Operacionais (<http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/condicoes-operacionais>), documento que apresenta as modalidades de apoio por meio das quais a Finep busca cumprir sua missão. Este documento serve de subsídio para a elaboração de Programas e Ações que contemplem objetivos específicos. Ele também orienta a operação da Finep, incluindo o fomento e a seleção de projetos a serem apoiados, usando para isso os conceitos de grau de inovação e de relevância da inovação para o setor econômico afetado. Apresenta ainda os produtos, ações de fomento e programas disponíveis e as condições de financiamento dos produtos de financiamento reembolsável (taxas, prazos de carência, prazos totais, percentuais de financiamento).

O Plano Anual de Investimentos do FNDCT, por sua vez, estabelece as diretrizes a serem seguidas na alocação dos recursos captados junto ao Fundo.

O resultado do esforço operacional da Finep pode ser representado pelas contratações e liberações realizadas durante o ano de 2021 (Tabela 5).

Tabela 5- Contratações e liberações por instrumento financeiro em 2021

Instrumento	Projetos contratados (n)	Projetos que receberam liberações (n)	Valor contratado (R\$ mi)	Valor liberado (R\$ mi)
Financiamento não reembolsável a ICTs	97	307	153,3	257,6
Subvenção direta	52	60	76,7	53,9

Instrumento	Projetos contratados (n)	Projetos que receberam liberações (n)	Valor contratado (R\$ mi)	Valor liberado (R\$ mi)
Subvenção descentralizada	237	506	23,3	23,3
Financiamento não reembolsável a empresas	38	38	89	34,6
Aquisição de opção de compra de ações*	2	12	2,2	5,3
Investimento em FIPs não exclusivos**	0	10	0	6,7
Financiamento reembolsável direto	44	105	1.576,1	1.553,5
Financiamento reembolsável descentralizado	54	115	92,1	117,6
Total	524	1.153	2.012,7	2.052,5

* Tratam-se de compromissos assumidos e de aportes de recursos a empresas.

** Tratam-se de integralizações de recursos a empresas apoiadas por meio dos FIPs.

Fonte: Área de Planejamento (APLA/Finep)

Informações detalhadas sobre o desempenho de cada instrumento de apoio e programas implementados no ano de 2021, com vistas ao atingimento dos objetivos das políticas públicas que orientam a atuação da Finep, podem ser encontradas no Relatório Anual Integrado de 2021, disponível em <http://www.finep.gov.br/transparencia-finep/relatorios-do-fndct/relato-integrado>.

6. Comentários dos administradores

Resultados alcançados no ano de 2021 frente às prioridades de gestão

A primeira diretriz da ELPPN 2021 orienta a atuação da empresa em alinhamento aos focos estratégicos da Política de CT&I, notadamente junto ao MCTI, para promover a geração de conhecimento, a produção de riquezas e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Em 2021, o desempenho da Finep foi monitorado trimestralmente com base em indicadores corporativos cujos resultados refletem o empenho de todos para o alcance dos objetivos estratégicos priorizados na Estratégia de Longo Prazo e Plano de Negócios (ELPPN) de 2021

(http://www.finep.gov.br/images/Transparencia_Prest_Contas/26_03_2021_CARTLHA_ELPPN_21.pdf).

O resultado final desse monitoramento é apresentado no Quadro 6.

Quadro 6 - Objetivos estratégicos priorizados e resultados alcançados em 2021

Dimensão	Objetivo	Indicador	Meta 2021	Resultado
Perspectiva Financeira	Garantir a sustentabilidade financeira	Cobertura de despesas administrativas	178%	↑ 104,75%
		Índice de cobertura da carteira de crédito	142,3%	↑ 299,68%
		Índice de qualidade da carteira de crédito	75%	↑ 79,14%

Dimensão	Objetivo	Indicador	Meta 2021		Resultado
Recursos e Competências	Aprimorar as práticas de gestão e infraestrutura tecnológica para atender as necessidades da estratégia	Índice de tecnologia da informação e comunicação (iTIC)	Estruturação do indicador e realização da 1ª apuração	↑	63% (1ª apuração)
		Índice de maturidade de gestão	A ser definida após 1ª apuração	↑	Em estruturação
		Índice de execução do portfólio de iniciativas estratégicas	84%	↑	73,84%
	Desenvolver práticas de gestão de pessoas, competências e cultura organizacional com foco em resultados e valorização do corpo funcional	Índice de clima organizacional	Estruturação do indicador e realização da 1ª apuração	↑	61,2 (1ª apuração)
		Índice de execução do plano de capacitação	84%	↑	100%
Processos Internos	Aperfeiçoar transparência, conformidade, integridade e comunicação institucional	Índice de Governança SEST	9,1	↑	9,256
	Fortalecer arranjos de cooperação e parcerias estratégicas	Agentes do financiamento reembolsável descentralizado ativos	50%	↑	58,82%
	Desenvolver programas, produtos e serviços para atender a demanda por apoio a C,T&I	Nº de avaliações de resultados e impactos realizadas	1	↑	1
	Promover a inovação corporativa e a transformação digital	Índice de execução das ações priorizadas pela estratégia de TI	84%	↑	77%
	Maximizar a eficiência organizacional	Contratação de projetos per capita	0,77	↑	0,98
		Tempo médio para contratação de projetos de crédito	218 dias	↓	266 dias
		Tempo médio de processamento não reembolsável	134 dias	↓	110,25 dias
		Encerramento de instrumentos contratuais não-reembolsáveis	45%	↑	53,95%
Resultados Institucionais	Potencializar as ações de fomento a C,T&I, em especial por meio da articulação entre os atores do SNCTI	Índice de chamadas públicas lançadas em parceria	40%	↑	79,31%
	Estimular o empreendedorismo e o desenvolvimento de inovações, especialmente em MPMEs	Índice de participação de micro, pequenas e médias empresas na carteira	80%	↑	80,94%
	Promover C,T&I em áreas prioritárias para o desenvolvimento sustentável e equilibrado do país	Execução dos recursos não reembolsáveis do FNDCT	99,87%	↑	99,99%

Nota: ↑ - quanto maior, melhor e ↓ - quanto menor, melhor.

Fonte: Área de Planejamento (APLA/Finep)

Análise do atendimento das metas da estratégia da Finep

Em 2021, a Finep contribuiu ativamente para viabilizar empreendimentos públicos e privados, que passaram pelo desenvolvimento de pesquisas, estabelecimento de infraestruturas de pesquisa e pelo apoio a atividades de inovação em empresas de diferentes portes, com foco na continuidade das ações de combate à Covid-19 e no desenvolvimento econômico e social do país por meio da CT&I.

O desempenho na execução da estratégia foi satisfatório. Do total de indicadores estratégicos, 58% tiveram suas metas superadas, e somente 26% dos indicadores ficaram abaixo do desempenho esperado. O percentual médio de atendimento de metas como um todo foi de 92,50%.

Na Dimensão Resultados Institucionais estão agrupados os objetivos relacionados com a missão da empresa. Os indicadores apontam para um desempenho satisfatório, com percentual médio de atingimento de metas de 87,67%. Destaca-se o indicador de execução do FNDCT, que mostra que, mesmo com suplementações e alterações orçamentárias ao longo do ano, fomos capazes de executar 99,99% do orçamento não reembolsável de R\$ 1,09 bilhão autorizado para o Fundo em 2021. Outro indicador que obteve resultado acima do esperado foi o de apoio a MPMEs, que está diretamente relacionado ao Objetivo Estratégico 'Estimular o empreendedorismo e o desenvolvimento de inovações, especialmente em MPMEs'. No total foram apoiadas 344 empresas classificadas como MPMEs em 2021. Estas representaram 80,94% da carteira de empresas apoiadas da Finep. Para o alcance desse resultado, cabe destacar a contribuição dos programas de subvenção descentralizada, responsáveis por 68% do resultado alcançado pelo indicador.

A dimensão processos internos compreende objetivos relacionados a tornar a Finep uma empresa mais eficiente, com foco em maximizar a eficiência organizacional e buscar sua transformação digital, ou seja, melhorar continuamente a relação entre recursos aplicados e produção de resultados. Neste sentido, destaca-se que as metas de contratações de projetos per capita, tempo de processamento de projetos não-reembolsáveis e encerramento de instrumentos contratuais não-reembolsáveis foram todas superadas. Iniciativas estratégicas conduzidas no ano possibilitaram o investimento em automação e digitalização da empresa.

A Gestão Eletrônica de Documentos foi implementada, permitindo a tramitação digital de documentos, reduzindo o uso de papel dentro da organização. Com isso, utilizamos 35% a menos de papel para impressão de documentos e deixamos de receber no protocolo físico mais de sete mil documentos. Também em 2021, teve início a implementação do novo sistema de análise e acompanhamento de projetos de financiamento não reembolsável e de subvenção econômica e do novo sistema de gestão financeira.

No tocante ao afeiçoamento da conformidade e transparência institucional, um marco importante foi a contratação de consultorias especializadas para que, em conjunto com nossa equipe técnica, seja elaborado e executado o plano de ação para entrarmos em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Em relação à dimensão de recursos e competências destacaram-se as iniciativas estratégicas de Gestão do Desempenho e Plano de Capacitação, para cumprimentos dos objetivos relacionados à valorização do corpo funcional e aprimoramento de práticas de gestão.

No âmbito da gestão de desempenho, foram realizadas capacitações e workshops para os gestores no sentido de prepará-los para o desdobramento das metas organizacionais, para que os resultados organizacionais sejam a base para gestão de desempenho. No contexto da execução do Plano de Capacitação, foram adquiridas soluções

educacionais para todas as 26 competências transversais mapeadas como prioritárias pelas Diretorias. Nesse conjunto, foram incluídas as competências digitais levantadas em parceria com o Comitê de Estratégia Digital, a fim de dotar a Finep das competências necessárias para uma empresa mais ágil, digital e orientada a dados.

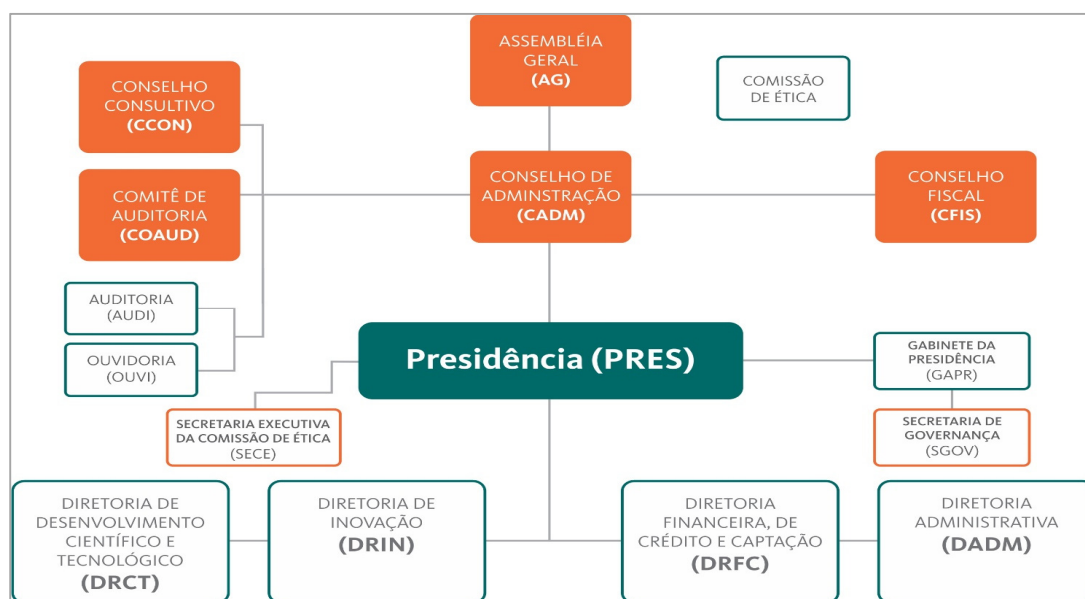
A dimensão financeira também teve um desempenho satisfatório, com percentual médio de atingimento de metas de indicadores financeiros de 86,28% para cumprimento do objetivo estratégico 'Garantir a Sustentabilidade Financeira'.

7. Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos

Governança corporativa

A estrutura de governança da Finep (Figura 2) apresenta órgãos e instâncias de direção e administração, bem como de fiscalização e acompanhamento. A composição, as competências e as formas de funcionamento dessas instâncias estão descritas no Estatuto da Finep (aprovado na 12ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE, de 28/07/2021) e no Regimento Interno (revisão aprovada pelo Conselho de Administração na 11ª Reunião Ordinária do ano de 2021, realizada em 19/11/2021). Ambos podem ser encontrados no final da página <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/governanca/governanca>.

Figura 2 – Organograma simplificado Finep – Dezembro/2021



Fonte: Área de Planejamento (APLA/Finep)

De forma a fortalecer e zelar pela vinculação entre as atividades realizadas pela empresa e sua missão e objetivos estratégicos, o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e o Conselho Fiscal atuaram intensamente no monitoramento do alcance das metas Estratégia de Longo Prazo e do Plano de Negócios da Finep (ELPPN), acompanhando sua execução ao longo de 2021 e revisão para os próximos exercícios.

Análises da execução do Programa de Dispendios Globais (<http://www.finep.gov.br/receitas-e-despesas>), sua reprogramação para 2021 e programação para 2022, e dos indicadores dos programas de Participação nos Lucros ou

Resultados da Finep (PLR) e de Remuneração Variável Anual dos dirigentes (RVA) complementaram este esforço de direcionamento estratégico ao longo de 2021, e sua revisão para o exercício 2022.

Fazem parte da contribuição desses colegiados à efetividade da gestão da Finep, as reflexões e orientações derivadas das análises periódicas de relatórios da auditoria interna e das atividades de conformidade, integridade e riscos.

O Conselho de Administração tem em sua composição quatro integrantes indicados pelo ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações, sendo que dois deles devem ser independentes nos termos do § 1º, o artigo 22 da Lei das Estatais (13.303/16), dois integrantes indicados pelo ministro da Economia e um representante eleito pelos empregados.

Mais informações sobre o Conselho de Administração, incluindo o currículo dos seus componentes, estão disponíveis em <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/governanca/conselho-de-administracao-ca/conselho-de-administracao>.

Das deliberações realizadas em 2021 pelo Conselho de Administração, destacamos a aprovação da Política e da Norma de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual na Finep e da revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas e da Política de Segurança da Informação.

Com a atribuição de assessorar o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria (Coaud) tem como objetivo resguardar a confiabilidade e a integridade das informações da Finep, mitigando riscos para a empresa e suas partes interessadas. Seus três integrantes são eleitos pelo Conselho de Administração e devem possuir experiência profissional ou formação acadêmica na área de contabilidade, auditoria ou no setor de atuação da Finep. Em 2021, houve o início do mandato dos três integrantes do Coaud. Informações sobre o Coaud estão disponíveis em <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/governanca/comite-de-auditoria-coaud/comite-de-auditoria>.

O Conselho Fiscal é integrado por um membro indicado pelo ministro da Economia, como representante do Tesouro Nacional, e dois indicados pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações. Durante o ano, o Conselho Fiscal apoiou a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração na análise de questões de natureza administrativa e financeira, como o acompanhamento dos contratos administrativos, das demonstrações financeiras e das atividades de conformidade, integridade e risco. O Conselho Fiscal também atuou na avaliação dos indicadores dos programas de Participação nos Lucros e Resultados dos empregados (PLR) e no acompanhamento da ELPPN 21.

Informações sobre os titulares, suplentes e mandatos do Conselho Fiscal podem ser encontradas em <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/governanca/conselho-fiscal-cfis/conselho-fiscal-cf>.

Além do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, contamos também com um Conselho Consultivo. Esse órgão colegiado foi instituído para o assessoramento da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração nos assuntos de caráter estratégico para a execução do objeto social e missão institucional da empresa. Presidido pelo presidente da Finep, o Conselho Consultivo é composto por membros representativos das nossas partes interessadas:

- Um representante do Ministério da Economia;
- Um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;
- Um representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- Um representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- Três representantes dos empregados da Finep, escolhidos por votação do corpo funcional, dentre os que tenham mais de cinco anos de tempo de serviço na Finep;

- Até 20 representantes de órgãos ou entidades representativas da sociedade brasileira ou especialistas nas áreas de atuação e/ou interesse da Finep.

Em 2021, houve nova eleição para os representantes dos empregados na composição do Conselho Consultivo.

Mais informações sobre o funcionamento da nossa estrutura de governança e os regimentos específicos de cada instância podem ser obtidos em <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/governanca/governanca>. Nesta página também é possível encontrar o rol de responsáveis da Finep em 2021, que inclui informações sobre os integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria da Finep, com os respectivos prazos de gestão.

Gestão de riscos e controles internos

Adotamos o modelo das três linhas (Figura 3) como meio de fortalecimento da nossa estrutura de governança de controles internos e gestão de riscos. A primeira linha, composta por todas as unidades organizacionais, é responsável pela execução dos procedimentos de controles internos que visam manter a conformidade das atividades, reportar as deficiências identificadas e executar ações corretivas e preventivas. A segunda linha, composta pela área corporativa responsável pela gestão de riscos e o Comitê de Gestão de Riscos, tem como finalidade assessorar e subsidiar a Diretoria Executiva nos temas relativos à Gestão Integrada de Riscos. A terceira linha, composta pela área responsável pela auditoria interna, afere a adequação dos controles internos e a efetividade do gerenciamento dos riscos.

Figura 3 – Modelo de Gestão de Riscos



Fonte: Modelo das Três Linhas do Instituto dos Auditores Internos - The IIA (versão 2020), adaptado para a Finep.

A gestão de riscos e controles internos da Finep conta com duas políticas institucionais: a Política de Gestão Integrada de Riscos e a Política de Appetite por Riscos.

A política de Gestão Integrada de Riscos apresenta os princípios, diretrizes e objetivos que devem guiar outras políticas, normas, sistemas e processos da empresa, sendo revisada periodicamente. Essa política visa fortalecer o processo de gestão integrada de riscos inerentes às operações da empresa, de forma a minimizar ameaças e incertezas em níveis aceitáveis pela alta administração. Os normativos complementares estabelecem papéis, responsabilidades e atividades em níveis adequados para o funcionamento do processo de gestão de riscos.

A Política de Apetite por Riscos define direcionadores para o gerenciamento e o monitoramento do nível de apetite dos riscos identificados como relevantes e para o aprimoramento dos controles internos da Finep.

As políticas da Finep pode ser consultadas em <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/governanca/politicas>.

Em 2021, destacam-se os seguintes eventos:

- Finalização da 1ª etapa de consolidação de informações voltadas para a identificação da capacidade de tomada de riscos da empresa, reflexo dos desdobramentos dos níveis de apetite por riscos por natureza de riscos;
- Conclusão do mapeamento dos riscos estratégicos da Finep, associados à elaboração da Estratégia de Longo Prazo e Plano de Negócios (ELPPN) 2022;
- Fortalecimento da atuação do Comitê de Gestão de Riscos;
- Elaboração de normativo para formalizar o processo de continuidade de negócios da Finep;
- Inclusão do processo de autoavaliação de riscos operacionais, como etapa a ser realizada pelas unidades da 1ª linha de forma contínua, objetivando o reconhecimento e a descrição dos riscos relacionados às atividades inseridas nos processos de negócio de cada unidade. Tal rotina visa prover maior velocidade na identificação e tratamento de riscos e disseminar a metodologia de gerenciamento de riscos operacionais.

Conformidade e Integridade

As ações de fortalecimento e disseminação de uma cultura institucional centrada na ética, na integridade e na transparência são parte permanente da agenda institucional. Em especial, o ano de 2021, foi marcado pelo lançamento de capacitação interna, na modalidade virtual, sobre o Código de Ética, Conduta e Integridade da Finep, disponível em <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/codigo-de-etica-e-de-conduta-da-finep>.

Outras iniciativas adotadas no campo da prevenção, com foco nos colaboradores, foram:

- Ambientação destinada aos novos integrantes dos colegiados da alta administração – Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria – e aos novos gestores e substitutos de cargos comissionados, estimulando o nivelamento e o compartilhamento de conhecimentos sobre as normas de Conduta, Ética e Integridade na Finep;
- Emissão bimestral do Boletim Informativo INTEGRIDADE EM PAUTA, contendo informações sobre os temas Conformidade, Integridade, Segurança da Informação, Gestão de Riscos, Ética e sobre o Canal de Denúncias Institucional;

- Pílulas de Ética e Integridade que consiste na elaboração de vídeos internos ou de acesso público, de curta duração, veiculados em webinars e reuniões promovidos pela Finep, sobre os temas do Programa de Integridade;
- Cartilha sobre Declaração Confidencial de Informações (DCI) destinada a orientar nossos colaboradores acerca do envio da DCI para a Comissão de Ética Pública (CEP);
- Campanha INTEGRIDADE SOMOS TODOS NÓS realizada com apoio da Controladoria-Geral da União (CGU), visando fortalecer o Programa de Integridade e a cultura institucional da Finep.
- Participação no Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) reforçando o compromisso com a Ética e Integridade, mediante acesso à plataforma e-Prevenção e realização da sua autoavaliação.
- Desenvolvimento interno de metodologia para mapeamento dos riscos para Integridade adotando-se como referência a metodologia de gerenciamento de riscos operacionais da Finep e o Guia Prático de Gestão de Riscos para a Integridade da CGU, bem como o benchmarking realizado, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).
- Certificação no nível 1 do Indicador de Governança da Sest (IG-Sest), que avalia as empresas estatais federais em três dimensões: Governança – Conselhos e Diretoria, Transparência e Gerenciamento de Riscos e Controle. A boa classificação obtida pela Finep, durante o 5º ciclo de avaliação do IG-Sest, refletiu o atual estágio de maturidade da empresa.

Outras informações sobre o Programa de Integridade, a Comissão de Ética e o Código de Ética, Conduta e Integridade da Finep e as demais políticas adotadas pela Finep podem ser encontradas em seu site institucional. Outras informações sobre o Programa de Integridade, a Comissão de Ética e o Código de Ética, Conduta e Integridade da Finep podem ser encontradas em <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/sobre-a-finep>.

8. Fatores de risco

No processo de gestão integrada de riscos, os riscos são agrupados conforme sua natureza, sendo elas: Estratégica, Financeira (Crédito, Mercado e Liquidez), Operacional, Compliance, Imagem, Socioambiental e Segurança da Informação, conforme apresentado no Quadro 7.

Quadro 7 – Fatores de riscos e medidas de mitigação

Natureza	Descrição do Risco	Ações de Controle
Risco Estratégico	Possibilidade de impactos que prejudiquem a consecução da missão, das metas ou dos objetivos estratégicos da Finep.	A Finep atua no mapeamento dos riscos estratégicos visando reduzir a probabilidade de que os mesmos se materializem e afetem os objetivos estratégicos definidos em sua Estratégia de Longo Prazo e Plano de Negócio que são anualmente revisitados.
Risco Financeiro	Possibilidade de perda de recursos financeiros, sendo subdividido em três tipos: Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco de Mercado	Destaca-se adoção das seguintes medidas de mitigação: (a) definição de limites de exposição a risco de crédito dos clientes para a concessão de novos financiamentos e das garantias para a cobertura das operações, e observância de rotinas de acompanhamento financeiro; (b) análises do fluxo de caixa da Finep para diferentes horizontes de tempo, contemplando a manutenção de estoque adequado de ativos líquidos, prontamente convertidos em caixa em

Natureza	Descrição do Risco	Ações de Controle
		situações de estresse, e a manutenção de perfil de captação de recursos adequado ao risco de liquidez dos ativos; e (c) monitoramento de indicadores de Gestão de Ativos e Passivos (Asset and Liability Management – ALM).
Risco Operacional	Possibilidade de ocorrência de eventos que podem comprometer as atividades institucionais, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, na conduta das pessoas, em infraestrutura e sistemas, podendo afetar o esforço da gestão quanto à eficácia e a eficiência dos processos organizacionais.	A Finep atua continuamente no mapeamento e monitoramento dos riscos operacionais, como forma de reduzir a probabilidade de que os riscos se materializem, ou de amenizar seu impacto e proporcionar adequada condução dos negócios e respectivos processos decisórios.
Risco de Compliance	Possibilidade de não cumprimento de legislação e/ou regulamentação externa aplicáveis ao negócio e de normas e procedimentos internos, incluindo, ação ou omissão que possa favorecer a ocorrência de fraudes, atos de corrupção, nepotismo e conflito de interesses.	A Finep dispõe de Política de Conformidade e Integridade e Programa de Integridade, que estabelece mecanismos e procedimentos que visam evitar a ocorrência de não conformidade e irregularidades como atos de fraude, corrupção, nepotismo e conflito de interesses.
Risco de Imagem	Possibilidade de desgaste do nome da Finep junto ao mercado ou às autoridades, em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.	A Finep realiza o acompanhamento e gestão de imagem através da avaliação de sua exposição na mídia e por meio da análise de casos específicos, conforme disposto em normas internas.
Risco Socioambiental	Possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.	Como forma de mitigação, a Finep estabeleceu Política de Responsabilidade Socioambiental que dispõe sobre princípios e diretrizes internas que visam nortear as ações de natureza socioambiental, tanto no aspecto institucional como gerenciamento de risco das operações de financiamento da empresa.
Risco de Segurança da Informação	Possibilidade de exploração de vulnerabilidades de ativos da informação por parte de ameaças com impacto negativo no negócio da Finep.	A Política de Segurança da Informação da Finep estabelece os princípios e processos que norteiam a segurança da informação na empresa, notadamente a preservação da integridade, autenticidade e irretratabilidade das informações produzidas e recebidas, a garantia da transparência das informações públicas e a disponibilidade das informações custodiadas e confidencialidade das informações que necessitam de restrição de acesso.

Fonte: Área de Conformidade, Integridade e Gestão de Riscos (ACIR/Finep)

O principal objetivo da gestão de riscos é incluir nas atividades da Finep os procedimentos de avaliação da relação entre probabilidade de ocorrência e de impacto dos eventos de risco, visando o estabelecimento de ações de mitigação por meio de procedimentos de controles internos proporcionais ao risco, observado o apetite ao risco, a relação custo-benefício, e a intenção de agregar valor à organização.

Assim, os riscos identificados são avaliados a partir de duas perspectivas: probabilidade e impacto, onde o nível final de criticidade de cada risco identificado é obtido através das estimativas quantitativas, qualitativas ou em combinação de ambas, de probabilidade e de impacto destes riscos.

9. Descrição da composição e da remuneração da administração e do Conselho Fiscal

A remuneração dos administradores da Finep e de seus empregados é fixada conforme Plano de Cargos da Empresa, no caso dos empregados, e conforme Proposta Anual, no caso dos Dirigentes. Desde 2014, a Finep adota Programa de Participação nos Lucros ou Resultados - PLR para seus Empregados e um Programa de Remuneração Variável Anual - RVA para seus Dirigentes, ambos anualmente submetidos à aprovação da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do MCTI e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest/ME). Ressalta-se que os pagamentos da PLR, bem como os da RVA, estão atrelados aos resultados da empresa e ao atingimento de metas. Conforme previsto no art. 19, do Decreto nº 8.945, de 2016, é informada a seguir a remuneração individual dos administradores da empresa.

O Quadro 8 apresenta o montante pago aos membros da Diretoria Executiva da Finep em 2021.

Quadro 8 - Diretores em exercício no ano de 2021 (em R\$)

Nome	CPF	Período ¹	Remuneração ²
Waldemar Barroso Magno Neto	499.067.557-68	04/02/2019 a 31/12/2021	661.556,25
Adriano Alves Faria Lattarulo	264.034.918-06	18/10/2019 a 31/12/2021	600.393,64
Alberto Pinheiro Dantas	429.068.577-34	18/04/2019 a 20/05/2021	404.705,73
André Luz de Godoy	064.636.236-44	20/04/2018 a 31/12/2021	599.991,07
Marcelo Silva Bortolini de Castro	007.615.277-45	18/04/2019 a 31/12/2021	585.629,79
Otávio Augusto Burgardt	476.168.904-82	23/07/2021 a 31/12/2021	324.263,23

Notas Quadro 8:

1 - A data inicial indica a data de posse no cargo, porém a remuneração informada foi aquela paga no exercício de 2021.

2 - Inclui gratificação natalina (13º salário), benefícios, ajudas de custo e indenizações. Inclui ainda parcela à vista da Remuneração Variável Anual referente ao exercício de 2020, exceto para o diretor Otávio Augusto Burgardt, em razão de o mesmo ter sido admitido em 2021.

Fonte: Área de Gestão de Pessoas (AGEP/Finep)

Os Quadros 9 e 10 detalham a remuneração paga aos Conselheiros e o Quadro 11 a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria.

Quadro 9 - Remuneração paga aos membros do Conselho de Administração em 2021 (em R\$)

Nome	CPF	Período ¹	Remuneração ²
Pedro Paulo Alves de Brito	894.268.947-72	05/08/2019 a 27/07/2021	27.899,62
Marcelo Gomes Meirelles	612.436.046-20	23/08/2019 a 31/12/2021	48.515,92

Nome	CPF	Período ¹	Remuneração ²
Carlos Alberto Flora Baptistucci	050.261.158-88	23/08/2019 a 31/12/2021	47.827,92
Alexandre Armentano Cardoso	010.975.447-61	14/02/2020 a 31/12/2021	47.827,92
Álvaro Kober	040.970.358-35	14/02/2020 a 31/12/2021	47.827,92
Carlos Alberto Pio da Costa Filho	498.086.131-87	16/11/2020 a 31/12/2021	47.827,92
Eduardo Temporin	040.970.748-14	23/04/2021 a 25/10/2021	28.962,47
Rafael Pereira Scherre	980.241.751-34	27/08/2021 a 31/12/2021	16.474,06

Notas Quadro 9:

1 - A data inicial indica a data de posse no cargo, porém a remuneração informada foi aquela paga no exercício de 2021.

2 - Inclui ajuda de custo.

Fonte: Área de Gestão de Pessoas (AGEP/Finep)

Quadro 10 - Remuneração paga aos membros do Conselho Fiscal em 2021 (em R\$)

Nome	CPF	Período ¹	Remuneração ²
Cristina Vidigal Cabral de Miranda	045.185.176-52	30/05/2017 a 31/12/2021	47.827,92
Rosilene Oliveira de Souza	873.298.161-91	11/07/2018 a 31/12/2021	47.827,92
Paulo Cesar R de Carvalho Alvim	179.374.181-68	05/08/2019 a 31/12/2021	47.827,92

Notas Quadro 10:

1 - A data inicial indica a data de posse no cargo, porém a remuneração informada foi aquela paga no exercício de 2021.

2 - Inclui ajuda de custo.

Fonte: Área de Gestão de Pessoas (AGEP/Finep)

Quadro 11 - Remuneração paga aos membros do Comitê de Auditoria em 2021 (em R\$)

Nome	CPF	Período ¹	Remuneração ²
Antonio Carlos de Azevedo Lobao	066.363.798-80	09/08/2017 a 08/04/2021	13.019,82
Ronaldo Frois de Carvalho	134.470.378-06	09/08/2017 a 08/06/2021	20.991,14
Adriana Baraldi Alves dos Santos	104.477.648-02	09/08/2017 a 08/08/2021	28.962,46
Valdir Augusto de Assunção	044.066.958-85	09/06/2021 a 31/12/2021	26.836,78
Pedro Paulo Alves de Brito	894.268.947-72	30/07/021 a 31/12/2021	19.928,30
Vera Lucia de Melo	339.210.406-04	09/08/2021 a 31/12/2021	18.865,46

Notas Quadro 11:

1 - A data inicial indica a data de posse no cargo, porém a remuneração informada foi aquela paga no exercício de 2021.

2 - Inclui ajuda de custo.

Fonte: Área de Gestão de Pessoas (AGEP/Finep)